

**ATA DA OCTINGENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às 09h30min, no escritório central da companhia localizado à Rua da Quitanda, nº 196, 25º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ.

2. CONVOCAÇÃO: A convocação ocorreu em 09.10.2019.

3. PRESENÇA: Assumiu a coordenação dos trabalhos, em substituição temporária ao Presidente do Conselho de Administração, de forma presencial, o Conselheiro RUY FLAKS SCHNEIDER (RFS). O Conselheiro WILSON PINTO FERREIRA JR. (WFJ). participou presencialmente da reunião. Os Conselheiros MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS (MSF), MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA (MRC), DANIEL ALVES FERREIRA (DAF) e RICARDO BRANDÃO SILVA (RBS) participaram da reunião por videoconferência. Os Conselheiros BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO (BEC), VICENTE FALCONI CAMPOS (VFC), LUIZ EDUARDO DOS SANTOS MONTEIRO (LSM) e FELIPE VILLELA DIAS (FVD) emitiram seus votos por correspondência, nos termos do item 8.6.1.1 do Regimento Interno do Conselho, cujo inteiro teor segue acostado ao final desta ata como parte integrante. Ausentou-se justificadamente o Conselheiro JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE (JGM).

4. INSTRUÇÃO: O material de suporte foi disponibilizado aos Conselheiros igualmente por meio: (i) do Portal de Governança; e (ii) de correspondências eletrônicas.

5. CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

O Presidente RFS agradeceu aos Conselheiros pelo esforço despendido para franquearem espaço em suas agendas, de modo a viabilizar esta reunião extraordinária e de cunho deliberativo.

Relatou ainda que os Conselheiros BEC, VFC, LSM e FVD emitiram seus votos por escrito, cujo teor foi disponibilizado previamente aos demais Conselheiros.

Esclareceu então o teor da ordem do dia, que versa sobre proposta de aumento do capital social da Companhia, por subscrição privada, sendo que o montante mínimo de R\$ 4.054.016.419,37 (quatro bilhões, cinquenta e quatro milhões, dezesseis mil, quatrocentos e dezenove reais e trinta e sete centavos), atualizado pela Selic até a data de 30 de setembro de 2019, será subscrito e integralizado pelo acionista controlador, União Federal, mediante a capitalização de créditos detidos contra a Companhia decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

O Presidente RFS lembrou ainda que o AFAC é um instrumento manejado com o exclusivo intento de transferir valores a uma sociedade para sua integralização futura em ações a serem emitidas pela própria companhia. Logo, sua convolação em capital social não é uma prerrogativa ou decisão negocial da companhia, mas sim um dever correlato à transferência desses recursos. Adicionalmente, anotou que a proposta de aumento de capital social prevê ainda valor adicional, referente à captação de recursos junto a investidores privados, garantindo-se o direito de preferência dos acionistas minoritários e possibilitando que mantenham a proporção de seus quinhões sociais.

No tocante à competência para a prática do ato, observou que o conclave de acionistas é o órgão societário adequado para deliberar sobre o tema, razão pela qual compete ainda a este Conselho de Administração apreciar o pedido de convocação da 175ª Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras.

Em prosseguimento, o Presidente RFS enalteceu o esforço e zelo despendidos pela gestão da Eletrobras na proteção dos legítimos interesses desta companhia, equilibrando-se medidas e iniciativas de curto, médio e longo prazo, visando sempre à criação perene de valor e mitigação de riscos.

Ao arrematar as considerações iniciais, o Presidente RFS exaltou ainda a qualidade do trabalho executado pelo Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário – CAE e sua dedicação ímpar no trato de assuntos de sua alçada, para ao final reconhecer a importância do papel desempenhado por este órgão de assessoramento no aprimoramento da governança corporativa da Eletrobras.

6. PROPOSTA DA DIRETORIA EXECUTIVA:

A Diretoria Executiva da Eletrobras, por meio da Resolução de Diretoria Executiva n.º 683, de 08.10.2019, encaminhou ao Conselho de Administração da Eletrobras proposta de deliberação assim redigida:

"Assunto: Aumento do Capital Social da Eletrobras mediante integralização de créditos dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC da União. A Diretoria Executiva da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, no uso de suas atribuições, e fundamentada nos termos do Relatório à Diretoria Executiva nº PR-326, de 07.10.2019, após exame e análise, RESOLVEU aprovar e encaminhar ao Conselho de Administração desta Empresa para deliberação a seguinte proposta: 1. Aprovar a convocação da 175ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação, nos termos do Edital de Convocação e da Proposta da Administração e seus Anexos; 2. condicionar a convocação da 175ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas à aprovação de decreto presidencial autorizativo; 3. aprovar o deságio de 15% (quinze por cento) sobre a média ponderada das cotações das ações de emissão da Companhia verificadas no fechamento dos últimos 30 (trinta) pregões da B3 anteriores a 7 de outubro de 2019 (inclusive), em relação ao preço médio ponderado pelo volume de ações negociadas no período, para fixação dos preços das ações no aumento de capital; 4. determinar que seja acompanhado a evolução da cotação das ações da Companhia junto a B3 até a véspera de aprovação da Proposta de Administração pelo Conselho de Administração para eventualmente propor alteração do percentual de deságio; 5. aprovar que sejam feitas alterações específicas na Proposta de Administração, a fim de: (i) adaptar redação do texto sobre programa de desligamento de empregados a ser divulgado até 9 de outubro de 2019, a depender de aprovação, no âmbito da mediação junto ao TST, do Acordo Coletivo de Trabalho, previsto para 09 de outubro de 2019; (ii) alterar quantidade de ações, preços final da oferta, percentuais de subscrição e de diluição a depender exclusivamente de alteração do valor de deságio pelo Conselho de Administração; (iii) informar a cotação média das ações nos últimos 90 dias anterior a convocação da AGE, conforme informação obrigatória prevista no item 5, alínea I; (iv) do Anexo 14 da Instrução CVM 481; 6. determinar que a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores – DF adote as providências necessárias à convocação de que trata o item 1, que a Diretoria de Gestão e Sustentabilidade – DS adote as providências necessárias para informar à Superintendência de Relação com Investidores – DFR o texto de que trata o item 5 (i), e que a Superintendência de Relação com Investidores – DFR, a Secretaria de Governança do Conselho de Administração – CAAS e a Secretaria Geral – PRGS adotem, nas suas respectivas áreas de atuação, as providências necessárias ao cumprimento desta Resolução".

7. RELATO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS ESTATUTÁRIO – CAE:

O Conselheiro MRC, na qualidade de Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário – CAE, relatou ao Conselho de Administração da Eletrobras que referido órgão de assessoramento analisou o tema em referência à ocasião de sua 086ª reunião, iniciada em 10.10.2019 e encerrada virtualmente em 13.10.2019. O CAE se posicionou da forma que se segue:

"Assessoramento ao CA da Eletrobras: Aumento do capital social da Eletrobras mediante integralização de créditos dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs da União. RES n.º 683, de 08.10.2019. À luz da apresentação realizada, e tomando por base o material de suporte originalmente disponibilizado ao colegiado na RCAE n.º 086, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário solicitou esclarecimentos adicionais à Administração, tendo restada suspensa a reunião. Recebidas as respostas às indagações formuladas à Administração, o conclave foi reiniciado. Na ocasião, o Comitê, em assessoramento ao Conselho de Administração da Eletrobras, após arrazoar sobre o assunto, opinou pela regularidade da matéria proposta, sem vislumbrar qualquer óbice sob o ponto de vista legal e/ou regulatório no que se refere à proposta da Administração. Na percepção do Comitê, a despeito de não haver analisado o mérito da

operação em virtude de o material ter sido disponibilizado ao CAE apenas na véspera da reunião, a matéria pode e deve ser submetida à deliberação do Conselho de Administração da Eletrobras, cabendo a esse colegiado manifestar-se, no mérito, quanto à conveniência e oportunidade da operação”.

8. EXPOSIÇÃO DO TEMA PELA DIRETORIA FINANCEIRA E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES:

A matéria foi apresentada aos Conselheiros pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, tendo figurado neste bloco da reunião os seguintes convidados:

- Sra. Elvira Baracuchy Cavalcanti Presta – Diretora Financeira e de Relações com Investidores – DF;
- Sra. Lúcia Casasanta – Diretora de Governança, Riscos e Conformidade – DC;
- Sra. Paula Prado Rodrigues Couto – Superintendente de Relações com Investidores – DFR;
- Sr. Francisco de Assis Duarte de Lima - Gerente de Relacionamento com o Mercado – DFRM;

Em caráter inaugural à apresentação, a Diretora Elvira relatou ao colegiado que a capitalização dos AFACs é uma obrigação da Companhia perante o acionista controlador, o qual adiantou recursos ao longo do exercício de 2016 e, até o momento, não recebeu as ações correspondentes e os demais direitos que lhe são correlatos.

Adicionalmente, lembrou que tais recursos, enquanto não forem convertidos em ações, permanecerão sendo remunerados pela SELIC, o que onera a companhia. Além disso, esclareceu que a capitalização permitiria reduzir o passivo não circulante com consequente aumento do patrimônio líquido em R\$ 4.054 milhões.

Observou ainda que os recursos ingressados pela companhia na forma de AFACs foram fundamentais, na oportunidade em que ingressaram, para que a administração da companhia pudesse promover diversas ações de aprimoramento da gestão e condução de seus negócios, incluindo-se a conclusão de projetos de investimento relevantes e a privatização das distribuidoras, pavimentando-se o caminho para uma gestão empresarial profissional capaz de gerar valor à companhia, a seus acionistas e aos demais *stakeholders*.

Relatou ainda que a gestão da companhia entende ser oportuna e conveniente a capitalização dos AFACs da União ainda em 2019, por entender que tal medida se encontra alinhada ao PDNG 19-23 e gera valor à companhia, sendo ainda uma oportunidade de reforçar seu caixa para o exercício social de 2020. Trata-se, ressaltou a Diretora Elvira, de iniciativa que integra o rol de ações conduzidas pela gestão da companhia com vistas ao alcance das metas e realização de projetos fixados no plano de negócios. Neste sentido, ressaltou que, embora existam ainda estudos para captação de recursos diretamente pelas controladas, conforme reportado a este colegiado nas reuniões de junho e agosto de 2019, uma empresa do tamanho e porte operacional da Eletrobras, e com algumas despesas não gerenciáveis como passivos judiciais relevantes, que podem demandar pagamentos obrigatórios, precisa zelar por um caixa em patamar mínimo de segurança para garantir suas atividades, o que é corroborado pelos desafios previstos para 2020 e ainda pelas projeções reportadas ao colegiado na 844ª reunião havida em 27 de setembro de 2019.

Lembrou ainda que a possibilidade outorgada aos acionistas minoritários subscreverem novas ações com a capitalização de seus dividendos declarados em 2019, associada ao deságio justificado na ordem de 15% (quinze por cento), constitui um incentivo para que acompanhem o aumento de capital, notadamente, à luz de todos os avanços promovidos pela companhia na modernização de sua gestão, no saneamento econômico-financeiro da companhia e no aprimoramento contínuo de sua governança corporativa e práticas de *compliance*.

Neste sentido, explicou a urgência na tramitação da matéria, consistente em se viabilizar tempestivamente a realização de AGE, a fim de se permitir que os acionistas minoritários detenham a alternativa de, em assim desejando, gerenciarem seus dividendos declarados para acompanhar o aumento de capital, uma vez que os mesmos têm vencimento em 31 de dezembro de 2019.

A Diretora também deu conhecimento a todos os conselheiros sobre os esclarecimentos prestados ao CAE acerca do tema do AFAC.

A Sra. Paula Prado explicou ainda que a proposta da diretoria não se limitou ao aumento de capital social no montante exato dos AFACs promovidos pelo acionista controlador, uma vez neste cenário os recursos que porventura ingressarem por parte dos demais acionistas, no seu exercício do direito de preferência, teriam que ser revertidos para a União, nos termos da Lei 6.404/76, enquanto que a gestão da companhia vislumbrou uma janela de oportunidade para captação de recursos para a própria companhia, o que garantiria importante reforço de caixa e contribuiria para o trabalho contínuo de reestruturação da companhia, incluindo-se o patrocínio de iniciativas que impingirão mais eficiência e competitividade à Eletrobras, conforme destacado pela Diretora Financeira.

Neste sentido, citou dois eventos relevantes recentes que, não obstante seu excelente *payback*, demandarão recursos em curto prazo, a saber: (i) acordo judicial envolvendo desligamento de empregados terceirizados em Furnas, que demandará recursos da ordem de R\$ 437 milhões; (ii) novo Plano de Demissão Consensual – PDC atrelado ao Acordo Coletivo de Trabalho 2019-2020, mediado pelo Tribunal Superior do Trabalho, no qual restou acordada a viabilização de um quadro de referência de 12.088 empregados para todo o conglomerado estatal, com possibilidade de desligamentos compulsórios caso não se atinjam as metas fixadas no PDC, sendo o custo estimado de R\$ 548 milhões.

Em prosseguimento, a Sra. Paula Prado apresentou com maiores detalhes o uso previsto dos recursos do aumento, tal como tratado na proposta de administração, e aprovado pela Diretoria Executiva, além de abordar os eventos de risco identificados para esta operação. Apresentou ainda o estudo com diferentes cenários de deságio (e respectiva potencial diluição dos acionistas que não subscrevessem) e o racional aplicado pela gestão da companhia para se alcançar o deságio de 15% (quinze por cento) no valor das novas ações a serem emitidas e integralizadas, ocasião na qual apresentou igualmente estudo de *benchmarking* sobre operações recentes de aumento de capital social havidas no mercado de valores mobiliários, a fim de subsidiar a conclusão quanto à razoabilidade do percentual proposto.

O Conselheiro WFJ ressaltou que o tema da conversão dos AFACs sempre foi objeto da máxima atenção pela gestão da empresa, já tendo sido inclusive objeto de reporte junto ao Conselho de Administração na 811ª reunião havida em 27 de julho de 2018, ocasião na qual os Conselheiros frisaram a importância de que eventual aumento de capital social decorrente de AFAC observasse o direito de preferência dos acionistas minoritários. Teceu ainda comentários sobre a precificação, pelo mercado, das ações da Companhia e o seu entendimento de que existem eventos relevantes que precisam ser mais bem esclarecidos ao mercado, assim como equívocos em notícias veiculadas pela mídia, que, na sua avaliação, influenciaram a queda das ações. Porém, segundo o Conselheiro WFJ, com base em esclarecimentos que ainda podem ser feitos pela Companhia ao mercado e também considerando o provável encaminhamento do projeto de lei de privatização, conforme noticiado publicamente pelo MME, as ações tenderiam a retomar para o patamar que estava sendo praticado em torno de R\$ 45,00, passando a ser o deságio de 15% atrativo para o mercado e o percentual máximo de diluição justificável. Em desfecho ao bloco, os Conselheiros esclareceram dúvidas e debateram a respeito da proposta de deliberação encaminhada pela Diretoria Executiva.

9. PONTO DE DELIBERAÇÃO:

Encerrados os debates, os Conselheiros proferiram seus votos com base no material de suporte disponibilizado e, no exercício de seu juízo de mérito, decidiram aprovar a seguinte proposta de deliberação:

DEL-214/2019. Aumento do Capital Social da Eletrobras mediante integralização de créditos dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs da União. RES n.º 683, de 08.10.2019. O Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, no uso de suas atribuições, e consubstanciado em decisão da Diretoria Executiva e nos documentos abaixo, **DELIBEROU**: Nota Técnica nº NT-DFR/DFRM 002, de 07.10.2019; Parecer Jurídico PRJE n.º 0281, de 08.10.2019; Minutas de edital de convocação e proposta da Administração para a 175ª AGE da Eletrobras; Resolução de Diretoria Executiva n.º 683, de 08.10.2019; Relatório à Diretoria Executiva PR n.º 326, de 07.10.2019; Sumário Executivo DFR n.º 005, de 07.10.2019; Certidão da 086ª reunião do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário - CAE encerrada em 13.10.2019; 1) aprovar a convocação da 175ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação, nos termos do Edital de Convocação e da Proposta da Administração e seus Anexos; 2) determinar que a apreciação da ordem do dia da 175ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas esteja condicionada à aprovação prévia de decreto presidencial autorizativo; 3) aprovar o deságio de 15% (quinze) por cento sobre a média ponderada das cotações das ações de emissão da Companhia verificadas no fechamento dos últimos 30 (trinta) pregões da B3 anteriores a 7 de outubro de 2019 (inclusive), em relação ao preço médio ponderado pelo volume de ações negociadas no período, para fixação dos preços das ações no aumento de capital; 4) determinar que seja acompanhada a evolução da cotação das ações da Companhia junto à B3 até a véspera de aprovação da Proposta da Administração pelo Conselho de Administração para eventualmente propor alteração do percentual de deságio; 5. Aprovar que a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores – DF faça alterações específicas na Proposta da Administração, a fim de: (i) adaptar redação do texto sobre programa de desligamento de empregados a ser divulgado até 09 de outubro de 2019, a depender de aprovação, no âmbito da mediação junto ao TST, do Acordo Coletivo de Trabalho, previsto para 09 de outubro de 2019; (ii) alterar quantidade de ações, preços final da oferta, percentuais de subscrição e de diluição a depender exclusivamente de alteração do valor de deságio pelo Conselho de Administração; (iii) informar a cotação média das ações nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à convocação da AGE, conforme informação obrigatória prevista no item 5, alínea I, (iv) do Anexo 14 da Instrução CVM 481; determinar que a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores adote as providências necessárias à convocação de que trata o item 1; 6. determinar que a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores adote as providências necessárias à convocação de que trata o item 1; 7. determinar que a Diretoria de Gestão e Sustentabilidades adote as providências necessárias para informar a Superintendência de Relações com Investidores - DFR do texto de que trata o item 5 (i) acima; e 8) determinar que a Superintendência de Relações com Investidores - DFR, a Secretaria Geral da Presidência - PRGS e a Secretaria de Governança do Conselho de Administração - CAAS adotem, em suas respectivas áreas de atuação, as providências necessárias ao cumprimento desta Deliberação.

Quórum de deliberação: Aprovação por maioria de nove Conselheiros, ressalvando-se: (i) o voto de reprovação proferido pelo Conselheiro MRC quanto à convocação da AGE e realização do aumento de capital nos moldes ora propostos, cuja razão de voto segue acostada a esta ata; (ii) o voto proferido pelo Conselheiro MRC no sentido de não conceder qualquer deságio do valor das novas ações em relação à cotação média dos últimos 30 pregões; (iii) aprovação de ajuste na proposta da Diretoria Executiva, conforme votos proferidos pelos Conselheiros RFS, WFJ, MSF, DAF e RBS, para: condicionar a apreciação da ordem do dia do conclave, e não sua convocação, à edição do decreto presidencial autorizativo, incluindo este risco na proposta da administração, assim como a informação de que os acionistas preferenciais teriam direito de voto na AGE, reforçar o texto do *use of proceeds* do aumento de capital para enfatizar o reforço da necessidade de caixa e incluir o risco de eventual cancelamento da oferta em caso de volatilidade do preço das ações; (iv) os votos proferidos remotamente pelos Conselheiros BEC, VFC, LSM e FVD, em acolhimento integral da proposta formulada pela Diretoria Executiva.

Considerando ainda o interregno entre a convocação e a data da reunião, e levando-se em conta igualmente a justificativa de urgência apresentada pela Diretoria Financeira, os Conselheiros RFS, WFJ, MSF, DAF e RBS registraram ainda entendimento de que o material de suporte a esta deliberação foi disponibilizado ao Conselho de Administração em tempo mínimo razoável para adequada compreensão da matéria e para formação de convicção informada, refletida e

desinteressada, em linha com os preceitos do *business judgement rule*. Neste sentido, os referidos Conselheiros expressaram posição de que a presente deliberação guarda plena sintonia com seu dever de diligência e representa ainda medida que atende aos interesses legítimos desta companhia, visando-se sempre sua perenidade e a preservação de sua capacidade de gerar valor.

O Conselheiro DAF, ao qualificar seu voto, não obstante ter reconhecido a relevância da matéria para a companhia e a presença de elementos mínimos para a formação de sua convicção quanto à vantagem da operação para a Eletrobras, ponderou sobre a importância de que a gestão da companhia, ao tratar dos compromissos financeiros e da gestão de caixa, apresente periodicamente todos os estudos em curso e alternativas para a captação de recursos, a fim de que o colegiado possa acompanhar a estratégia em curso e avaliar tempestivamente a necessidade de eventuais ajustes na condução do tema, à luz de todos os cenários disponíveis, de modo a se assegurar o resguardo não somente aos interesses da companhia, mas também de seus *stakeholders*. Citou, como exemplo, a possibilidade de diluição de até 16,99% dos acionistas minoritários que decidirem não acompanhar o aumento de capital social nos termos ora propostos.

Em razão da deliberação havida nesta reunião, a ordem do dia do edital e a conclusão da proposta da administração, propostas pela Diretoria Executiva da Eletrobras, restaram aprovadas pelo Conselho de Administração da Eletrobras, nos termos seguintes:

"Ordem do dia:

1. Deliberar sobre a proposta da administração para aumentar o capital social da Companhia, por subscrição privada, até o montante de R\$ 9.987.786.560,33 (nove bilhões, novecentos e oitenta e sete milhões, setecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e sessenta reais e trinta e três centavos), mediante a emissão de novas ações ordinárias, pelo preço unitário de R\$ 35,72 (trinta e cinco reais e setenta e dois centavos) para as novas ações ordinárias, e de novas ações preferenciais classe "B", pelo preço unitário de R\$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos) para as novas ações preferenciais de classe "B", todas novas ações escriturais e sem valor nominal, nos termos dos artigos 170 e 171 da Lei 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações, sendo que o montante mínimo de R\$ 4.054.016.419,37 (quatro bilhões, cinquenta e quatro milhões, dezesseis mil, quatrocentos e dezenove reais e trinta e sete centavos), será subscrito e integralizado pelo acionista controlador, União Federal, mediante a capitalização de créditos detidos contra a Companhia decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital".

"Conclusão dos Administradores:

Tendo em vista tudo o que foi exposto, a Administração da Companhia, por maioria dos presentes, aprovou a convocação da 175ª Assembleia Extraordinária, nos termos da presente Proposta da Administração, e recomenda que os Senhores Acionistas leiam atentamente toda a documentação posta à sua disposição em relação ao aumento de capital proposto, e, após, aprovelem o aumento de capital ora proposto".

10. ENCERRAMENTO E LAVRATURA:

Nada mais havendo a tratar, o Presidente RFS deu por encerrados os trabalhos e determinou a lavratura desta Ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros participantes, pelo Assessor do Conselho e por mim, BRUNO KLAPPER LOPES, Secretário de Governança do Conselho, que a lavrei.

RUY FLAKS SCHNEIDER
Presidente do Conselho em exercício

WILSON FERREIRA JR.
Conselheiro

MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA
Conselheiro

DANIEL ALVES FERREIRA
Conselheiro

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS
Conselheiro

RICARDO BRANDÃO SILVA
Conselheiro

BRUNO KLAPPER LOPES
Secretário de Governança

FERNANDO KHOURY
Assessor do Conselho

**MANIFESTAÇÃO DE VOTO DO CONSELHEIRO MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA NA
RCA 847 DE 14.10.2019 DA ELETROBRAS**

Caros colegas conselheiros,

Registro por meio desta meu voto CONTRÁRIO ao item (1) da pauta da presente reunião do conselho – que materializa a proposta da Diretoria para uma emissão de ações de até R\$ 10 bilhões. Preliminarmente, registro não ver óbices quanto à legalidade da proposta. Contudo, considero a proposta negativa para a Eletrobras por diversas razões, a saber:

1. Trata-se de assunto por demais complexo para ser tratado em reuniões extraordinárias, não se revestindo, na minha opinião, de razões suficientes para a pressa imprimida. A utilização de créditos de dividendos declarados não é um fator relevante no processo decisório de investidores institucionais para justificar uma decisão açodada.
2. Com os desafios à frente da Eletrobras, não vejo como prioritária a solução imediata do pagamento dos dividendos não declarados relativos a 2018.
3. O pagamento desse dividendo levaria a desencaixe adicional de cerca de R\$ 100mm relativo à PLR de 2019, prejudicando o fluxo de caixa da Companhia.
4. Não creio que tenha havido desvios significativos do orçamento de 2019 para determinar uma urgência de caixa que determine uma capitalização. Os pagamentos de empréstimos compulsórios, em particular, estão muito próximos do orçamento para o ano.
5. Não creio que o desembolso previsto para o novo PDC, além dos gastos envolvidos na demissão de terceirizados de Furnas criem uma necessidade de capital perene a ser endereçada por meio de capitalização. Pelo contrário, conforme divulgado pela própria Companhia, são atos que possuem *payback* muito rápido (13 meses), recomendando-se portanto que sejam financiados através de empréstimos bancários – o que se revela particularmente tranquilo dada a redução de alavancagem da Companhia e as atuais condições de mercado.
6. A emissão proposta impõe enorme diluição aos acionistas (até 20%), sendo que as cotações atuais de nossas ações encontram-se um terço abaixo do maior valor atingido em mercado, há cerca de um mês e meio. O sucesso da operação dependerá provavelmente de deságio em relação a este preço, o que aumenta ainda mais a diluição potencial aos acionistas.
7. Causa espécie que venhamos a buscar capital dos acionistas, tendo recentemente antecipado o pagamento significativo de dívida à Petrobras.
8. A operação proposta aumenta o número de ações PNB emitidas – o que torna pior ainda o desafio futuro para pagamento de dividendos da Eletrobras, em particular considerando-se o resultado acumulado no ano de 2019.
9. É sabido que trabalha-se para uma operação de capitalização da Eletrobras para 2020, que teria o condão de dar muito mais flexibilidade ao nosso balanço, quiçá solucionando-se a questão das ações com dividendos preferenciais.

Dito tudo isso, registro que sou favorável à solução imediata do AFAC. Para tanto, proponho que seja efetuado aumento de capital no valor exato daquela conta, a ser implementado somente em ações ordinárias, emitidas ao valor patrimonial – a exemplo do que a Eletrobras fez com os empréstimos compulsórios capitalizados. Entendo que qualquer direito de preferência exercido pelos acionistas minoritários reverteriam em devolução de capital para o acionista que contribuiu com o AFAC – a União Federal.

Ressalto que os desafios de fluxo de caixa de Companhia, caso diferentes do que foi apresentado pela diretoria em reuniões pretéritas, deve ser discutido tempestivamente com o Conselho de

Administração, sendo sopesadas TODAS as alternativas para sua solução, e não a simples busca de capital do acionista que, por ser o capital mais caro disponível à Companhia, deve ser sempre a última opção.

Em 14 de outubro de 2019.

MAURO GENTILE RODRIGUES DA CUNHA

Conselheiro de Administração

Brasília, 13 de outubro de 2019.

Ao Senhor Presidente do Conselho de Administração

Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras

Assunto: Memorial de voto – item 8.6.1.1 do Regimento Interno

Referência: 847ª Reunião do Conselho de Administração da Eletrobras

Caro Presidente,

Em relação à apreciação de proposta de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no âmbito da 847ª Reunião do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S/A (“Eletrobras”) (RCA), considerando as informações disponibilizadas pela empresa, venho apresentar Declaração de Voto favorável **à aprovação do aumento do Capital Social da Eletrobras** mediante integralização de créditos dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC da União, nos termos da proposta da Diretoria Executiva, consubstanciada na resolução RES n.º 683, de 08.10.2019. Analisando-se a proposta *vis-a-vis* os riscos apresentados, considerando a regularidade da matéria conforme posição do CAE comunicada por meio de certidão datada de 13/10/19, e ainda a análise de sensibilidade apresentada, entendo: **(i) tratar-se de mérito administrativo, sem objeção legal e regulatória e (ii) trata-se de oportunidade, pois em superadas as demais instâncias do processo, permitirá, em linha com a linha estratégica da empresa, a entrada de novos recursos permitindo reperfilamento, pagamento de empréstimo entre outros elementos a sanear.**

Diante do exposto acima, é suficientemente claro que, não restando objeções, ganha luz a oportunidade e conveniência da proposta de AFAC uma vez que tem efeitos, entre os quais, de reposicionar o valor da empresa quando da captura dos valores futuros. Portanto, tal questão impulsiona a empresa numa perspectiva de capitalização.

Por último, venho requerer que o voto e respectiva fundamentação sejam anexados à Ata e arquivada na sede da Companhia.

Esse é, Presidente, meu voto e argumentações com relação **ao tema aumento do Capital Social da Eletrobras mediante integralização de créditos dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC da União.**

Cordialmente,

BRUNO EUSTÁQUIO FERREIRA CASTRO DE CARVALHO

Conselheiro de Administração

Minas Gerais, 13 de outubro de 2019.

Ao Senhor Presidente do Conselho de Administração

Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras

Assunto: Memorial de voto – item 8.6.1.1 do Regimento Interno

Referência: 847ª Reunião do Conselho de Administração da Eletrobras

Caro Presidente

Tendo em vista minha impossibilidade justificada de estar presente à reunião, venho apresentar Declaração de Voto favorável, após manifestação opinativa do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário conforme certidão do dia 13/10/2019, ao aumento do Capital Social da Eletrobras mediante integralização de créditos dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC da União, nos termos da proposta da Diretoria Executiva, consubstanciada na resolução RES n.º 683, de 08.10.2019, por ter convicção acerca da conveniência e oportunidade de que a referida operação deve ser realizada no atual momento da Companhia e da necessidade do reforço de caixa ainda no presente exercício.

Cordialmente,

VICENTE FALCONI CAMPOS

Conselheiro de Administração

Paraná, 14 de outubro de 2019.

Ao Senhor Presidente do Conselho de Administração

Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras

Assunto: Memorial de voto – item 8.6.1.1 do Regimento Interno

Referência: 847ª Reunião do Conselho de Administração da Eletrobras

Caro Presidente

Após estudar a matéria em pauta e refletir sobre as considerações apontadas pelo CAE conforme certidão datada de 13.10.2019 considero este momento oportuno e adequado para convocação da Assembleia da Eletrobras para capitalização dos AFACs da União, razão pela qual apresento Declaração de Voto favorável à aprovação do aumento do Capital Social da Eletrobras mediante integralização de créditos dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC da União, nos termos da proposta da Diretoria Executiva, consubstanciada na resolução RES n.º 683, de 08.10.2019.

Cordialmente,

LUIZ EDUARDO DOS SANTOS MONTEIRO

Conselheiro de Administração

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2019.

Ao Senhor Presidente do Conselho de Administração

Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras

Assunto: Memorial de voto – item 8.6.1.1 do Regimento Interno

Referência: 847ª Reunião do Conselho de Administração da Eletrobras

Caro Presidente,

Venho apresentar Declaração de Voto favorável à aprovação do aumento do Capital Social da Eletrobras mediante integralização de créditos dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC da União, nos termos da proposta da Diretoria Executiva, consubstanciada na resolução RES n.º 683, de 08.10.2019, por considerar que a conversão do AFAC é deveras importante. Adicionalmente, entendo que a entrada de caixa adicional se mostra interessante e atrativa no cenário de alavancagem financeira no qual se encontra a Companhia.

Cordialmente,

FELIPE VILLELA DIAS

Conselheiro de Administração